

## WITTGENSTEIN E KRIPKE E O PROBLEMA DA LINGUAGEM PRIVADA

Karyn Cristine Cavalheiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Na obra *Investigações filosóficas* **Ludwig Wittgenstein** apresenta aquilo que ficou conhecido como ‘Argumento da Linguagem Privada’. Este argumento consiste na impossibilidade de outras pessoas terem acesso a estados mentais, ou seja, não é possível sabermos se o que o outro expressa com ‘tenho dores’, por exemplo, é de fato o que eu entendo por dor. Aprendemos em comunidade como devemos agir, ou seja, alguém mostra um objeto e chama de cadeira, a partir daí, uso a palavra cadeira sempre que me for apresentado um objeto similar. Mas como podemos fazer o mesmo com aquilo que só podemos ter acesso individual: dor, melancolia, prazer, etc.? Neste momento da argumentação de Wittgenstein, Kripke vê dificuldades na relação de como ‘seguir uma regra’. Esta dificuldade ficou conhecida como o ‘Paradoxo do Cético’, ou seja, se não temos bases fixas para considerar aquilo que estamos falando, então a linguagem carece de sentido. Diz-se isto é uma cadeira, apontando para um lápis, a comunidade tem a possibilidade de dizer que estou errada; mas se digo ‘sinto dores’, como podemos extrair a validade desta proposição? O objetivo deste artigo é analisar o argumento de Kripke em relação à linguagem privada, e qual a solução para o ceticismo por ele apresentada.

**Palavras-Chave:** Linguagem privada; paradoxo do cético; Wittgenstein; Kripke.

**ABSTRACT:** In the work *Philosophical Investigations*, Ludwig Wittgenstein presents what has become known as ‘Private Language Argument’. This argument is the impossibility of other people have access to mental states, ie, you can not know what the other is expressed with ‘I have pain’, for example, is in fact what I mean by pain. We learn how to act in the community, ie, someone shows an object and calls the chair, from there, I use the word ‘chair’ whenever I see a similar object. But how can we do the same with what we can only have individual access: pain, sadness, pleasure and so on? At this point the argument of Wittgenstein, Kripke sees difficulties in relation to ‘following a rule’. This difficulty is known as the ‘Skeptical Paradox’, ie, if we do not have fixed bases to consider what we are talking about, then the language is meaningless. If I say this is a chair, pointing to a pencil, the community has the opportunity to say I’m wrong, but if I say ‘I feel pain’, how can we extract the validity of this proposition? The objective of this paper is to analyze the argument Kripke regarding private language, and what the solution to the skepticism displayed by him.

**Keywords:** private language; skeptical paradox, Wittgenstein, Kripke.

<sup>1</sup> Bacharel e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutoranda em Estudos Linguísticos, área de concentração Filosofia da Linguística na Universidade Federal do Paraná. kccavalheiro@gmail.com.

Dentro da paisagem árida que Wittgenstein nos apresenta no seu *Tractatus Logico-philosophicus*<sup>2</sup>, vista a dificuldade de leitura dada pela própria estrutura da obra, podemos percorrer caminhos que se dirigem entre lógica e ontologia; entre linguagem e mundo, ainda que a necessidade da lógica seja preponderante em relação à própria ontologia. Esta obra publicada em 1921, se volta para o esclarecimento da possibilidade de significação dentro do que é possível esclarecer. Nenhum empenho de Wittgenstein terá valido a pena se afirmarmos que o filósofo teve outro propósito senão o de apresentar aquilo que se pode dizer sobre o mundo. Isto não implica dizer o que o mundo *é*, mas *como* ele é e, para aquilo que não se pode esclarecer, cabe então mostrar.

Já na introdução do *TLP*, o autor apresenta a idéia de que a maioria dos problemas filosóficos nascem da má compreensão da lógica da linguagem e que, se a linguagem serve para descrever o mundo, é ela que tem que impor limites: se algo está fora do mundo então carece de significado, nada se pode dizer. Desta forma, Wittgenstein investiga a função e a estrutura da linguagem que, para ele, acaba sendo a própria estrutura do mundo.

O livro trata de problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem. Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.

O livro pretende, pois, traçar um limite para pensá-lo, ou melhor – não para pensá-lo, mas para a expressão dos pensamentos: a fim de traçar um limite para pensá-lo, deveríamos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado).

O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contrassenso (WITTGENSTEIN, 2001, p.131)

Sobre o significado dessas palavras, Schmitz (2004) nos alerta para dois pontos fundamentais que acabam por resumir o projeto que Wittgenstein propõe para o *Tractatus*. O primeiro deles é que ao afirmar logo no início que os problemas filosóficos, quais sejam, a dificuldade em se delimitar alguns

---

2 WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopez dos Santos. São Paulo: UNESP, 2001. Para efeitos de referência, as citações feitas a partir desta obra serão destacadas da seguinte maneira: TLP= *Tractatus lógico-philosophicus*, seguido do número do aforismo.

conceitos que não podemos encontrar no mundo, que não podemos ter a experiência sensível, como: o tempo, o belo, o bem, etc., estamos incorrendo em um erro, e é nesse sentido que Wittgenstein afirma que os problemas filosóficos decorrem do mau uso de nossa linguagem. Wittgenstein afirma não só que não existem tais problemas e que, por não existirem, não podem ser resolvidos. Afirma também que, a partir do momento em que se evidenciar a lógica que permeia nossa linguagem, esses falsos problemas poderão ser definitivamente elucidados.

O segundo ponto diz respeito ainda a esses problemas filosóficos, pois o mau uso da linguagem por parte da maioria dos filósofos acaba por trazer soluções verossimilhantes. Aquilo que os filósofos deveriam fazer era guardar silêncio sobre tais questões, visto que os problemas que eles tentam resolver excedem qualquer limite possível do dizível. Ou existe a necessidade do silêncio ou simplesmente uma elucidação acerca dos conceitos ali colocados, desde que estes não extrapolem o limite do dizível.

Assim, Wittgenstein esclarece que a 'lógica de nossa linguagem' encerraria todos os problemas da filosofia e a colocaria sob um novo aspecto, a saber: à filosofia resta apenas o papel de clarificadora de conceitos. Wittgenstein termina o prefácio do *Tractatus* reafirmando que:

Por outro lado, a *verdade* dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas. E se não me engano quanto a isso, o valor deste trabalho consiste, em segundo lugar, em mostrar como importa pouco resolver estes problemas (WITTGENSTEIN, 2001, p.133)

As questões acerca de problemas filosóficos como o que Wittgenstein traz em TLP 4.003<sup>3</sup>, nada tem de problemático e, ainda que os filósofos se ocupem deles, esses são os mais simples de serem resolvidos, ou melhor, nem chegam a ser realmente problemas pela própria impossibilidade de se falar sobre eles.

3 A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-senso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem. (São da mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico ao belo.) E não é de admirar que os problemas mais profundos *não* sejam propriamente problemas. (WITTGENSTEIN, 2001, 4.003)

Pensando nesse sentido, se nos perguntarmos: ‘O que é o belo?’ ou ‘O que é o bem?’, ainda que gramaticalmente tais perguntas estejam correspondendo às normas da língua culta, mesmo assim é perguntar sobre o que nossa linguagem não pode exprimir para sua resposta. No mesmo compasso seguem todas as proposições acerca da religião, da ética e da estética.

Nesse sentido, ao fixar contornos definidos em relação ao que se pode falar sobre o mundo, esta possibilidade deverá ter um ponto de vista interno, ou seja, a análise deve partir da própria estrutura da linguagem, sendo esta a lógica e a ‘forma geral da proposição’, que é onde mundo e linguagem se encontram no sentido que ambos participam de uma estrutura e não pode ser diferente, pois não é possível pensar um mundo ilógico. Assim, a filosofia sendo a crítica da própria linguagem, no que tange à possibilidade de se traçar limites de significação, acaba também tendo a responsabilidade pela clarificação dos conceitos. Essas fronteiras ficam limitadas pela própria linguagem, ou seja, a filosofia aponta para onde essa linguagem consegue alcançar semanticamente, sendo esta limitada pela sintaxe lógica.

Porém, durante quase os dez anos que se seguiram da publicação do *Tractatus* Wittgenstein praticamente se calou em relação a sua publicação ou a qualquer assunto acadêmico. Seu retorno pode ser registrado em 1928, quando o filósofo, respondendo a pedidos dos membros do Círculo de Viena, retorna à discussão sobre o *Tractatus*. Além do Círculo de Viena, Wittgenstein também mantinha conversas com Frank Ramsey e Piero Sraffa, ambos, segundo prólogo das *Investigações Filosóficas*, foram de grande apoio e inspiração para as mudanças ocorridas naquele texto de 1921. Essas mudanças culminaram nas *Investigações Filosóficas*.\*

A partir dessas conversas e discussões afirma Wittgenstein “tive que reconhecer erros graves no que escrevi no meu primeiro livro” (WITTGENSTEIN, 1987, p.167). Esses erros reconhecidos pelo filósofo, segundo Schmitz (p.137), foram dois. Em primeiro lugar, refere-se à tese central do *Tractatus*, qual seja: “Há uma e **apenas** uma análise completa da proposição” (TLP, 3.2.5, grifo nosso). Essa análise é feita a partir de proposições elementares, ou seja, estado de coisa atômico. No *Tractatus*, uma determinada proposição só pode ter seu valor de verdade postulado se entendermos que esta proposição é simples e independente de outra proposição atômica. Porém, acaba por rejeitar essa tese levando-se em conta que proposições acerca das cores, por exemplo, que não são independentes uma das outras. Diz Wittgenstein:

A proposição “este lugar agora é vermelho” (ou “este círculo agora é vermelho”) pode ser chamada de proposição elementar se isso significa que não é uma função de verdade de outras proposições nem é definida como tal.

Mas de “a agora é vermelho” decorre “a agora não é verde” e, portanto, as proposições elementares, nesse sentido, não são independentes entre si como as proposições elementares no cálculo que certa vez descrevi – um cálculo ao qual, enganado como fui por uma falsa noção de redução, pensei que o uso completo das proposições devia ser redutível. (WITTGENSTEIN, 2003, p.163)

Decorre então que, ao fazermos uma afirmação sobre a cor de um objeto, automaticamente estamos descartando a possibilidade de que, naquele momento, aquele objeto seja de outra cor, ou seja, mesmo quando afirmamos que “este lugar agora é vermelho” e acreditamos que esta é uma proposição elementar, na realidade ela é dependente de outra proposição elementar que pode ser, por exemplo “este lugar agora não é azul”.

Assim, Wittgenstein percebeu que a falsa ‘noção de redução’ que ele havia dado crédito no *Tractatus*, de fato não dá conta de afirmações acerca das cores, da matemática e outras realidades. Como diz Schmitz (2004, p.138):

Deve-se portanto admitir que há relações lógicas também entre proposições elementares, o que equivale a admitir que as proposições elementares não são independentes. A consequência imediata, então, é que o que se compara com a realidade não é uma proposição “isolada”, mas um sistema de proposições e, mais particularmente, que as relações lógicas não se mostram todas elas na notação tabular utilizada no *Tractatus*. Em suma, a “lógica” ultrapassa em muito o mero domínio das proposições moleculares consideradas como funções de verdade das proposições elementares que as compõem.

O segundo erro que aponta Schmitz (2004) refere-se às proposições gerais como ‘todos os homens são mortais’, visto que elas deixam algo de ‘vago’, indeterminado. Por exemplo, se dizemos que ‘há pessoas nessa sala’, para que esta proposição tenha seu sentido perfeitamente determinado, tal é a exigência do *Tractatus*, precisaríamos então não só dizer quantas pessoas realmente há na sala, bem como sua posição, etc. ‘há pessoas nessa sala’ é uma proposição vaga, porém, a questão que surge acerca das proposições ‘vagas’ não é só saber sobre a precisão do sentido da frase mas também se, ao se colocar as coordenadas de cada pessoa e o total, se estas informações ampliariam ou nem chegariam a modificar o entendimento da proposição. É também o que nos leva a en-

tender que o que importa ao se colocar a proposição ‘há pessoas na sala’ não é somente saber o seu valor de verdade, mas é também saber o contexto em que esta proposição foi dita, em especial se levarmos em consideração o fato da sala estar ou não vazia, não só apresenta um valor de verdade ou falsidade, mas também indica a possibilidade ou não de uma ação ser completada. Diz Wittgenstein (2003, p.210)

Se eu estiver certo, não há nenhum conceito ‘cor pura’; a proposição “a cor de A é uma cor pura” significa simplesmente “A é vermelho, ou amarelo, ou azul, ou verde”. “Este chapéu pertence a A ou a B ou a C” não é a mesma proposição que “Este chapéu pertence a uma pessoa nesta sala”, mesmo quando, na verdade, apenas A, B e C estão na sala, pois isso é algo que tem de ser acrescentado. – “Nesta superfície há duas cores puras” *significa*: nesta superfície há vermelho e amarelo, ou vermelho e verde, ou...etc. [...] A notação de generalidade é tão ambígua quanto à forma sujeito-predicado.

Cabe aqui então dizermos que esta mudança apresentada por Wittgenstein a partir de 1930 não mais permite admitir afirmações como a TLP 3.2.5, em especial, se levarmos em consideração que o *Tractatus* apresenta algo de simplificador na análise da linguagem. Wittgenstein, ao tentar colocar a forma lógica da proposição como comum a todas as linguagens, estava tentando traçar uma ‘gramática lógica’, para que pudéssemos saber sobre o valor de verdade de uma proposição.

Essa necessidade de se tentar tornar clara a ‘forma lógica’ se aplica também à sua preocupação em estabelecer os limites do dizível, traçando um limite entre, aquilo que podemos falar com sentido, e aquilo que devemos nos calar, pois não faria sentido falar. A necessidade de se explicitar a forma lógica era a saída pela qual poderíamos falar com sentido e não incorrer nos erros criados pela má compreensão da lógica de nossa linguagem.

Assim, vemos em Wittgenstein uma transferência gradativa do poder da lógica à gramática. O verificacionismo deverá se acomodar numa filosofia que ficou nas doutrinas dos fatos elementares. Contudo, ‘ter sentido’ significaria, a partir de então, um olhar do ponto de vista interno da comparação da linguagem com o dado, e não mais a experiência.

Para que um enunciado seja empiricamente verificado, é necessário que este possa apresentar-se a esta prova, ou seja, de antemão ela deve conter a

possibilidade de ser verificado. A tese verificacionista inclina-se, portanto, agora sobre diferentes sentidos de ‘possibilidade’, tanto no sentido físico como no sentido lógico.

A descrição de um uso gramatical deixa de lado a pergunta sobre a essência do significado e, por conta disso, dissolve dois problemas. O primeiro seria a noção de “possibilidade gramatical” que resolveria eventualmente a idéia de “possibilidade lógica”. O segundo problema seria o fato de a descrição gramatical, que de certa forma suspende a verificação, visto que agora já não existe então o engessamento ou a ‘essência’ da significação. Existe sim uma possibilidade gramatical que deixa a linguagem ‘apenas ser’, ou seja, ela não é mais o resultado exato de uma fórmula matemática, mas ‘algo’ variável.

Percebemos o desdobramento da questão. Há a abordagem que permite a transferência de poder da lógica à gramática, que leva a reavaliar uma perspectiva convencionalista. E há também um abalo na garantia ‘lógica’ que não pode esperar de uma ‘gramática filosófica’ que afrouxa suas relações com o sistema da lógica do *Tractatus*. O ponto crucial aqui desses dois problemas interdependentes é a possibilidade de colocar a ‘explicação’ de um significado acima da verificação pela experiência.

Wittgenstein, a partir da década de 30, utiliza o termo gramática para “designar” o conjunto de regras que condicionam um discurso significativo, impedindo que a denotação extrapole o seu limite estabelecido que é significar somente aquilo que é ‘o caso’. Porém, com o advento da gramática profunda, aprender o significado de uma expressão não é somente saber a que objeto designa determinada palavra, mas é saber operar por meio de regras as expressões que constituem a significação.

Enquanto, no *Tractatus*, a forma lógica era a possibilidade de ligação do nome com a essência do objeto, nas *Investigações* Wittgenstein situa esta essência (não metafísica) na gramática. Para o filósofo, a essência está expressa na gramática.

Portanto, observamos, nesse ponto, uma crítica direta às concepções tractarianas, isto é, a gramática das *Investigações* não se constitui, à maneira da gramática lógica do *Tractatus*, em um instrumento de garantia da ‘denotação’. Nas *Investigações*, é dada uma nova dimensão à gramática. Não se trata mais de concebê-la tão somente como um conjunto de regras da sintaxe lógica que governa mas possibilidades de combinação dos nomes, tendo estes que necessariamente representar objetos. Nas *Investigações* a gramática é *autônoma*, isto é, na linguagem existem regras gramaticais que funcionam sem

a necessidade de fundamentar-se na adequação “nome-objeto”. Tais regras gramaticais surgem a partir do uso de expressões e não da denominação de objetos. (CONDÉ, 1998, p.113)

A gramática não é apenas um conjunto de regras sintático-semânticas que deve respeitar uma forma lógica, ou a capacidade de nomear objetos, colocá-los ou imaginá-los em situações, em estados de coisa, mas é, antes de qualquer coisa, além dessa primeira característica, um conjunto de atividades guiadas por certas regras e que envolvem além da posição sintático-semântica, uma dimensão pragmática. É nesse sentido que podemos afirmar que não se trata de acreditar que é a existência do objeto na realidade que confere a verdade ou falsidade de uma expressão, mas é o seu uso. A significação é o produto de regras gramaticais surgidas da práxis da linguagem.

A variação das circunstâncias de aplicação das palavras permitirá, segundo Wittgenstein, mudar o pensamento com respeito aos usos habituais dos conceitos, fazendo-nos reconhecer a natureza meramente convencional dos sentidos que, dogmaticamente, atribuímos a fundamentos extralingüísticos, inalteráveis e definitivo. Compreende-se, assim, a metáfora do olhar como esclarecedora para o pensamento. (MORENO, 2005, p.254)

Podemos entender que nessa transição Wittgenstein está muito mais preocupado em como se pode falar sobre a realidade sem necessariamente enquadrar esta realidade a uma teoria. A necessidade agora é de saber como podemos nos entender mesmo sem nos apoiarmos no significado ideal de cada palavra e, nesse sentido, as regras gramaticais não precisariam prestar contas à realidade, elas determinam o significado. “A gramática não é responsável por nenhuma realidade. São as regras gramaticais que determinam o significado (que constituem) e, portanto, elas próprias não são responsáveis por qualquer significado e, nessa medida, são arbitrárias.” (WITTGENSTEIN, 2003, p.139)

Como diz Schmitz (2004), Wittgenstein, para esclarecer a idéia de arbitrariedade das regras da gramática, comparando-a com a escolha de uma determinada unidade de medida, ou seja, a escolha preferencial de certa unidade de medida em relação à outra para estabelecer a mensuração de um objeto, porém a escolha de uma unidade de medida não representa a possibilidade do resultado da medição ser mais ou menos correta. Ou seja, podemos medir qualquer objeto partindo de várias unidades de medida diferentes, no entanto certa unidade de medida não serve para medir o que nos serve para medir.

Isso conduz Wittgenstein à afirmação, de resto pouco provocativa, de que o metro padrão conservado no Pavilhão de Sèvres não mede, ele próprio, um metro, pelo fato de que o consideramos como aquilo a que temos de nos referir se quisermos saber o que é um metro, ou seja, precisamente, como metro *padrão*. (SCHMITZ, 2004, p.157)

Esse é um ponto a que chegamos automaticamente a partir do momento em que ampliamos a perspectiva sobre o funcionamento da linguagem. A descrição dos usos lingüísticos que Wittgenstein fornece mostra que não podemos buscar justificativas para aquilo que estamos tentando explicitar, pois a gramática não é fechada em um conceito fixo, a gramática se apresenta para nós. É como no caso da unidade de medida, não podemos justificar que uma régua de 30 centímetros mede 30 centímetros, ou melhor, não precisamos justificar. O centímetro é uma unidade de medida criada arbitrariamente e, para tanto, não podemos medir centímetros em centímetros. No mesmo compasso segue a gramática, ela se apresenta para nós e dá significação para nossas expressões.

No momento em que procuramos dar significações para aquilo que não é necessário é que incorremos nos erros filosóficos. A doença filosófica está justamente na tentativa de buscar razões ou justificativas para aquilo que se apresenta, a busca pelo fundamento último que, na realidade, apenas volta para a superfície das discussões.

Por que não chamamos as regras de culinárias de arbitrárias e por que somos tentados a chamar as regras de gramática de arbitrárias? Porque penso no conceito 'culinária' tal como definido pelo fim da culinária, e não penso no conceito 'linguagem' como definido pelo fim da linguagem. Você cozinha mal se é guiado na culinária por outras regras que não as certas; mas se você segue outras regras que não as do xadrez você está jogando outro jogo; e se você segue outras regras gramaticais que não tais e tais isso não significa que você diz algo errado; não, você está falando de alguma outra coisa. (WITTGENSTEIN, 2003, p.139)

Não temos mais a garantia de que o que falamos é uma certeza absoluta de uma significação. Pelo contrário, tal garantia se perde nas possibilidades plurais de uma palavra ou nas diversas significações quando estamos cientes dos diversos contextos na qual ela pode ser empregada. Qual o significado de uma palavra? Tal questão não faz sentido, da mesma forma que não faz sentido medir uma régua de 30 centímetros em centímetros.

A pergunta sobre o significado de uma palavra é mal formulada, uma vez que sugere uma única e definitiva resposta; na verdade há várias respostas a ela, sendo que cada uma tornará como apoio uma situação determinada de emprego das palavras, isto é, aquilo que Wittgenstein denomina um “jogo de linguagem”. Essa expressão procura salientar, com a palavra “jogo”, a importância da *práxis* da linguagem, isto é, procura colocar em evidência, a título de elemento *constitutivo*, a multiplicidade de atividades nas quais se insere a linguagem; concomitantemente, essa expressão salienta o elemento essencialmente dinâmico da linguagem – por oposição, como vemos, à fixidez da forma lógica. (MORENO, 2000, p.55)

Podemos entender, então, que Wittgenstein passa da rigidez das proposições lógicas para uma perspectiva mais tolerante em relação aos usos da linguagem. A gramática profunda é normativa, no sentido que traz aquilo que admitimos como sendo padrões pelo quais nos devemos guiar quando temos a intenção de dizer alguma coisa. Dizer que a gramática é arbitrária porque ela está fora de discussão é algo que temos que admitir antes mesmo de discutir sua arbitrariedade.

Na realidade, devemos nos deter no saber como uma vida comum é possível. Aprender uma linguagem não é apenas saber formar sentenças gramaticais, mas também apresentar o uso dessas sentenças num contexto necessário exigido por determinada expressão. Falar é uma maneira de agir no contexto de uma específica forma de vida comum a uma coletividade. Isso supõe que seguimos as mesmas regras, cuja justificação é o seguimento de regras comuns por nós reconhecidas como tais.

Ninguém negará que estudar a natureza das regras dos jogos deve ser útil para o estudo das regras gramaticais, já que está fora de dúvida que existe alguma similaridade entre elas. – O certo é deixar essa sensação de que há um parentesco levar-nos a olhar para as regras do jogo sem nenhum julgamento preconcebido ou preconceito a respeito da analogia entre os jogos e a gramática. E, no caso, novamente, devíamos simplesmente relatar o que vemos e não ter medo de solapar uma intuição significativa e correta, ou, por outro lado, de desperdiçar nosso tempo com supérfluo. (WITTGENSTEIN, 2003, p.141)

Entendemos então que aquilo que Wittgenstein chama de “regra” se refere a uma prática em meio a outras tantas de nosso cotidiano. Por ser uma atividade, um fazer, foge ao campo do pensável. Sabemos aplicar regras, colocamo-nos em

acordo acerca delas, entendemos qual é a correta aplicação de certas palavras ou gestos e tudo isso não precisa de uma justificativa, é necessário dominar seu uso. E este é o ponto em que Wittgenstein aponta para uma terapia conceitual, ou seja, fazer com que o interlocutor entenda que para um determinado contexto podemos usar uma palavra que até então ele não conhecia naquele sentido. Cabe-nos a boa vontade de reconhecer os sentidos de determinadas expressões como legítimas para determinada forma de vida, sem que necessariamente tenhamos de voltar para busca da justificação da legitimidade de uma determinada expressão. Diz MORENO (2005, p.253)

Entretanto, diferentemente da tradição retórica, os resultados [da terapia] visados são curativos e não são dogmáticos, ou melhor, não pretendem mudar o pensamento do interlocutor pela substituição de teses, mas pela mera dissolução de confusões, sem qualquer contrapartida positiva por apresentação de novas soluções. O interlocutor é convidado a mudar seu ponto de vista habitual e reconhecer que é possível e, sobretudo, legítimo assumir outros pontos de vista sobre a significação; essa é a persuasão que espera obter Wittgenstein com sua terapia: a disponibilidade da vontade do interlocutor para pensar e reconhecer a legitimidade de sentidos desconhecidos e mesmo julgados ilógicos ou absurdos relativamente a determinado ponto de vista.

Desta forma, o que realmente importa, não é mais perguntar pelo o que o falante *tem-em-mente*<sup>4</sup>, até porque, se cada falante colocasse um significado exclusivo para cada frase, cada um poderia significar o que quisesse, no entanto não é isso que acontece. Como diz Wittgenstein (PI, §511)<sup>5</sup>:

4 Nas *Investigações Filosóficas*, a discussão acerca da compreensão lingüística leva a um exame dos conceitos mentais em geral. Perpassa a corrente dominante da filosofia moderna a idéia de que, enquanto podemos estar certos quanto ao nosso mundo interior de experiências subjetivas podemos no máximo inferir como estão as coisas fora desse mundo interno. A experiência subjetiva era concebida não apenas como o fundamento do conhecimento empírico, mas também como o fundamento da linguagem: o significado das palavras parece ser fixado pela nomeação de impressões subjetivas (exemplo: dor significa *isto*). (GLOCK, 1997, p.35)

5 A notação PI refere-se ao livro *Investigações Filosóficas*, de Ludwig Wittgenstein. A seqüência de parágrafos se refere à seguinte edição: WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1987. Desta forma, a anotação PI se refere à primeira parte do livro e PI II se refere à segunda. Em PI II, o número que se segue em romano é o da seção e, em seguida, o número do parágrafo (ex.: PI II, xi, §2).

Então o que é que significa ‘descobrir que uma asserção não tem sentido?’ – E o que é que significa: ‘Se eu com a asserção intenciono qualquer coisa, então tem necessariamente sentido?’ Se eu com a asserção intenciono qualquer coisa? Se eu intenciono o **quê?** Gostar-se-ia de dizer que a frase com sentido é não só aquela que se pode dizer, mas também aquela que se pode pensar.

Logo, não é possível uma pessoa usar a expressão ‘Abracadabra’ para designar ‘dor de dentes’. Até poderia ser, se esse fosse o uso comum da expressão ‘Abracadabra’ em uma dada forma de vida, mas não o é e, mesmo que eu quisesse que fosse, ela teria que ser um jogo de linguagem aceito na forma de vida da qual eu participo. O fato de entendermos uma frase não tem relação com o que eu de fato queria significar com ela e sim com os possíveis **USOS** dela em determinadas formas de vida. O sujeito não é uma *mônada isolada*, à qual ninguém tem acesso. Muito pelo contrário, pensar dessa forma seria ignorar qualquer possibilidade de comunicação humana, pois o princípio básico da comunicação é que alguém fale e o outro entenda. Como seria possível tal comunicação se cada indivíduo tivesse significações pessoais?

48

Imagina que uma pessoa, com a expressão facial da dor, aponta para a sua cara e diz: <Abracadabra!>. – Nós fazemos-lhe a pergunta: <O que é que queres dizer?> E a sua resposta é: <Quero dizer que tenho dores de dentes>. O teu pensamento imediato é: como é que, com aquela palavra, se pode <**querer dizer dores de dentes?**> Ou o que significa, então, com aquela palavra, **quer dizer** dores de dentes? E, no entanto, num outro contexto, teorias afirmado que a actividade mental de **querer dizer** isto e aquilo é, justamente, o que é mais importante no uso da linguagem.

Mas como é então? Não posso dizer <Com a expressão <abracadabra> quero eu dizer dores de dentes? Com certeza; mas isto é uma definição, não é uma descrição do que se passa em mim ao pronunciar-la. (PI I, §665.)

Podemos definir que *Abracadabra* significará a partir de então *dores de dente*, porém, será apenas uma palavra (definição) substituindo uma descrição e não a descrição em si. *Ter dor de dente* descreve o que se está sentindo, enquanto *abracadabra* não satisfaz tal sensação. Assim, o que causa confusão é acreditar que determinadas palavras são uma descrição de algo, quando não o são. E é nesse sentido que a gramática profunda pode desvelar as confusões causadas pela má compreensão da lógica da nossa linguagem. Se eu percebo que deter-

minada palavra não é uma descrição. Diz-se ‘Tenho dores’ isso não significa que eu estou me referindo à existência de um objeto interior, ou que eu estou descrevendo essa sensação como se fosse algo que eu ‘realmente’ tenho. Por exemplo: por analogia entendemos que ‘Tenho dores!’ é o mesmo que ‘Tenho este livro ao qual você se refere!’, quando na verdade a analogia é impossível de ser feita, visto que ‘Ter dores’ não tem uma referência sensível no mundo, enquanto *o livro* é uma referência.

Sem dúvida que eu não identifico a minha sensação por meio de critérios, mas antes faço uso da mesma expressão. Mas com isso não *acaba* o jogo de linguagem: com isso começa o jogo de linguagem.

Mas não começa com a sensação que eu descrevo? – A palavra <descrever> pode iludir-nos. Eu digo <eu descrevo o meu estado de consciência> e <Eu descrevo o meu quarto>. Não podemos esquecer a diversidade de jogos de linguagem. (PI, §290)

Mas existe outro ponto – o que particularmente nos interessa – é que quando Wittgenstein coloca que possivelmente a *linguagem privada* seria algo que somente o ‘criador das regras’ poderia usar, ele não se refere apenas como a possibilidade de inventar novas palavras ou mudar o significado já instituído para palavras já existentes, o que o filósofo quer desmistificar é a crença de que alguns referentes seriam privados. Ou seja, o fato de alguém criar novas palavras ou novos entendimentos para as que já existem, podemos entender como uma brincadeira ou uma completa insanidade, porém, a linguagem colocada por Wittgenstein como privada, é aquela em que os referentes dos signos seriam privados.

Neste ponto podemos voltar ao exemplo ‘*Tenho dores*’. Ao afirmarmos a existência de dores, não estamos supondo que exista algo dentro de mim que dói, ou seja, a expressão designa uma sensação, ainda que individual, é pública. Para Wittgenstein, ao afirmarmos que as nossas sensações são privadas, seria o mesmo que dizer “Paciências com cartas joga-se sozinho” (PI, §248), ou seja, paciência é um jogo individual e sabemos disso assim que aprendemos as regras deste jogo. O mesmo acontece com as sensações, eu aprendo o que dor, fome, vontade, etc. significam, sem a necessidade de apontar para algo existente no mundo sensível. “E é precisamente esta cláusula que permite Wittgenstein pôr a descoberto a violação da gramática profunda que determina

o sem sentido da concepção do defensor da existência da linguagem privada.” (ZILHÃO, 1993, p.121.)

Porém, devemos levar em consideração que temos sensações e que elas, de alguma forma, mesmo que seja pensando na intensidade, são inacessíveis a outras pessoas. Sentimos dores e expressamos, mas quanto eu sinto? Vejo esta cadeira azul escura, outras pessoas percebem o mesmo azul que eu? O fato é que nos comunicamos publicamente acerca de emoções, sentimentos, dores e, em geral, não encontramos problemas em relação a isso.

Se eu tenho que fazer uma ideia da dor de outrem a partir do modelo da minha própria dor, então isso não é de todo uma coisa simples de fazer; porque a partir de dores que eu *sinto*, tenho que fazer uma ideia de dores que eu *não sinto*. Não é que eu tenha que simplesmente, na minha consciência, de fazer uma transição de uma área de dor para outra, como se fizesse a transição de dores na mão para dores no braço, uma vez que eu não sou suporte a fazer uma ideia de que sinto uma dor num ponto do seu corpo. (O que também seria possível.)

O comportamento de dor pode apontar para o lugar da dor. (PI, §302)

Podemos dizer que por princípio qualquer um poderia inventar sua própria linguagem privada para falar sobre suas sensações. Wittgenstein, no entanto é contra essa possibilidade. O vienense está interessado em saber como as palavras se referem às sensações, contrapondo assim a possibilidade de uma linguagem privada. Para ele, as palavras não podem referir às sensações, como a palavra ‘livro’ se refere a um objeto físico, ele tenta de alguma forma fugir do mote essencialista deixado para trás no *Tractatus*.

A saída que Wittgenstein coloca para nós, é que assim como aprendemos a designar palavras para determinados objetos (linguagem primitiva), da mesma forma fazemos para as sensações. Quando criança, ao nos ferirmos, sentíamos dores e chorávamos ou gritávamos, imediatamente alguém apontava para o machucado e dizia ‘Ai!’ ou “sente dores?”. O mesmo acontece com uma expressão de tristeza, choro, melancolia, etc. Da mesma forma, acontece com as cores. Aprendemos as nuances pelo modo negativo, uma vez que aprendemos o ‘azul’ em contraste com a impossibilidade de tal objeto dito azul ser vermelho.

Dessa forma, podemos afirmar que para Wittgenstein, a experiência privada do sujeito, só pode ser comunicada por meio dos signos que aprendemos publicamente. Não usamos ‘abracadabra’ para designar ‘dor de dentes’, não

usamos vermelho para designar azul e não sorrimos para expressar tristeza. É justamente essa interação social sobre os signos que aprendemos e usamos, é que nos dá a certeza de que comunicamos algo a alguém.

E é justamente neste ponto que Saul Kripke encontra o problema na argumentação de Wittgenstein. Diz Kripke que existe um paradoxo no entendimento de como *seguir uma regra*, haja vista, se todos os nossos comportamentos são seguidos por regras aprendidas socialmente, então não existe a possibilidade do erro, pois sempre estamos seguindo uma regra. Wittgenstein se adianta a esse possível paradoxo, e mostra:

O nosso paradoxo era o seguinte: uma regra não pode determinar uma forma de acção, por qualquer forma de acção ser conciliável com a regra. E a nossa resposta foi: se qualquer forma de acção é conciliável com a regra, então também qualquer forma de acção contradiz a regra. E por isso não existe aqui nem concordância nem contradição.[...]

Com isso, de facto, mostramos que existe uma concepção de uma regra que **não** é uma *interpretação*; é antes aqui que, na sua aplicação em cada caso, se exterioriza no que chamamos <<seguir a regra>> e <<ferir a regra>>.

Por isso é-se inclinado a dizer: toda a acção subordinada à regra é uma interpretação. Mas <<interpretar>> só se devia chamar à substituição da expressão de uma regra por outra expressão. (PI, §201.)

Porém, mesmo com as considerações de Wittgenstein, Kripke encontra dentro da idéia de regra, um problema que ele acredita não ter sido suficientemente resolvido, qual seja,

Wittgenstein inventou uma nova forma de ceticismo. Pessoalmente estou inclinado a considerar como o mais radical e original problema cético que a filosofia até hoje já viu, um que somente um alto e incomum lance da mente poderia ter produzido. É claro que ele não pretendia nos deixar com esse problema, mas resolvê-lo: a conclusão cética é insana e intolerável. É a sua solução, ou argumentar, que contém o argumento contra a “língua privada”, alegadamente, a solução não irá admitir essa língua. Mas é importante observar que sua realização de colocar o problema vale por si, independentemente do valor da solução do mesmo e conseqüentemente argumento contra a língua privada. (KRIPKE, 1982, p.60) [tradução nossa]

Kripke entende que uma vez que todos seguem a mesma regra quando fala, gesticula, etc. então o fato de agir no mundo, significa sempre estar seguindo uma regra que de alguma forma foi aprendida na comunidade de falantes a que pertence, ou seja, qualquer coisa que façamos é passível de interpretação e portanto não existe o “ferir a regra”. Esta dificuldade em se estabelecer uma objetividade de certos conceitos, é chamado de **Paradoxo do Cético**. Para o ceticismo é fundamental que existam conceitos claros que devem corresponder a regras precisas, a dificuldade de precisão de um comportamento, gera a dúvida de se estar agindo certo ou de ser correspondido dentro das expectativas. Se não é possível determinar com exatidão a intenção, da mesma forma não é possível, na terminologia wittgensteiniana, escolher qual ‘jogo jogar’.

A idéia é mostrar, se concebemos o significado como alguma coisa dada pelas condições de verdade, isto é, se uma frase declarativa tem significado em virtude de sua correspondência a fatos que devem ocorrer se essa frase é verdadeira, então se segue que a linguagem é desprovida de significado. Para uma frase ter significado, é preciso que seja possível distinguir entre usos corretos e incorretos. O desafio, ou o “paradoxo” cético, consiste precisamente em mostrar que não temos critérios para traçar essa distinção e, portanto, que a linguagem é carente de significado. (BRANQUINHO, 2006, p.143).

Entendemos assim que o que Kripke critica é que a regra que deveria organizar a comunidade de falantes, acaba por criar a confusão, visto a dificuldade em se estabelecer pontos fixos para aquilo que devemos esperar de uma expressão ou gesto. Se eu não tenho regras fixas que determinem quando estou ‘jogando’ de forma correta, então a linguagem acaba por ficar desprovida de significado. Nunca podemos afirmar que uma ação linguística está sendo interpretada de forma errada, pois não sabemos de fato quais eram as intenções do falante, uma vez que não temos o referencial necessário.

O fato de Wittgenstein não postular elementos que possam dar segurança em relação ao uso de regras, força-nos, em dado momento, a entender que tudo é válido. O caráter flexível que o autor coloca nas *Investigações Filosóficas*, implica em pressupor que a intenção do falante será plenamente correspondida pelo interlocutor, o que nem sempre acontece. Alguém pode fazer expressão de dor e dizer tenho dores, estando completando saudável. Mas a mentira aqui colocada pode fazer parte da regra naquele determinado momento. Mas qual a garantia que os ouvintes estão entendendo o contexto e, portanto, acompanhando o jogo?

Temos que ver em que circunstâncias atribuições de sentido são feitas e qual o papel que estas desempenham em nossas vidas. Após a colocação de Wittgenstein ‘não pensar’, mas para olhar, não demonstra, a priori, sobre o papel exato que tais declarações devem ter, mas sim, vamos descobrir em que circunstâncias de fato é permitido falar e com qual regra é permitido jogar. É importante perceber que não estamos procurando, nem condições necessárias e suficientes (condições de verdade) para seguir uma regra, ou uma análise do que seguir uma regra consiste. Na verdade essa condição constituiria uma solução “certa” para o problema cético, e foram rejeitadas. (KRIPKE, 1982, p.86) [tradução nossa]

A solução cética nos coloca na necessidade de condições de verdade ou fatos correspondentes que possibilitem determinar a intenção. Ao se colocar o contexto como possibilidade de verificar se o jogo que está sendo jogado faz sentido ou não, Wittgenstein insere o papel fundamental da comunidade na decisão de se uma regra está sendo usada de forma correta ou não. Porém, do ponto de vista da linguagem privada, isso não é possível. Se a referência é sempre pública, os estados psicológicos e o comportamento, isoladamente carecem de critérios que permitam a justificação.

Ceticismo similar sobre a comunicação é inevitável: se os exemplares definidos dos termos privados de uma linguagem são privados, então eu não posso estar certo de que aquilo que tu queres dizer com “vermelho” ou “dor” na verdade não é qualitativamente idêntico àquilo que quero dizer com “verde” ou “prazer”. E nada pode nos impedir de concluir que todas as linguagens são privadas e, estritamente falando, mutuamente ininteligíveis.<sup>6</sup>

Seguir uma regra é a base de toda concepção wittgensteiniana da linguagem, ou seja, só somos compreendidos porque vivemos em comunidade e aprendemos com ela como devemos agir e nos comunicar. Porém, para os estados mentais, essa regra, segundo Kripke, foge a tentativa de justificação que Wittgenstein coloca. Se a compreensão é um processo mental individual e como não há como verificá-lo, então temos, do ponto de vista cético, que esses processos não podem ser verificados intersubjetivamente, ou seja, não tenho como garantir que você sente é de fato como você diz.

<sup>6</sup> HACKER, P. M. S. O argumento da linguagem privada. In.: **Crítica Revista de filosofia**. Disponível em: <<http://criticanarede.com/html/linguagemprivada.html>> Acessado em: 18 set 2010.

Desta forma, Kripke nos coloca numa difícil situação, a de que ainda possa surgir algum entendimento ou alguma regra que ainda não foi posta, ou de uma regra daqui alguns anos possa ser diferente. Se eu não posso apontar didaticamente para o que estou me referindo, qual a certeza de estarmos em acordo sobre o que falamos. Como colocamos o emprego de uma palavra para comunicar a alguém alguma coisa, se nem ao menos temos certeza de que a outra pessoa sabe a que me refiro ou se de fato entende o que estou tentando dizer. Este é o ponto crucial da crítica de Kripke.

O fato de usarmos como critério o fato de seguirmos regras deixa dúvidas sobre como de fato expressamos nossos estados mentais. Se a comunidade não pode ter acesso as nossas sensações, então talvez – no que concerne a estados mentais – tudo que afirmamos pode ser precário ou carente de sentido.

## REFERÊNCIAS

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Dicionário de Filósofos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HACKER, P. M. S. O argumento da linguagem privada. In.: **Crítica Revista de filosofia**. Disponível em: <<http://criticanarede.com/html/linguagemprivada.html>> Acessado em: 18 set 2010.

JONES, O.R. **The Private Language Argument**. London: Macmillan, 1971.

KRIPKE, S. **Wittgenstein on Rules and Private Language**, Oxford: Blackwell, 1982.

MALCOLM N., **Nothing is hidden**. Oxford – UK: Basil Blackwell, 1989.

MCGINN, Colin. **Wittgenstein on Meaning**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

NIELSEN, K.S. **The Evolution of the Private Language Argument**. Aldershot: Ashgate, 2008.

STROUD, B. **Meaning, Understanding, and Practice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Gramática Filosófica**. São Paulo: Loyola, 2003.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus lógico-philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico-filosófico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.